



Poder Judiciário
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
Turma Nacional de Uniformização

SCES - trecho, 3, Setor de Clubes Esportivos Sul - Polo 8 - Lote 9 - Bairro: Asa Sul - CEP: 70200-003 - Fone: (61) 3022-7000 - www.cjf.jus.br - Email: turma.uniformi@cjf.jus.br

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI
(TURMA) Nº 5002821-80.2014.4.04.7103/RS

RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO DE SOUZA SILVA

REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

REQUERIDO: NELI SANTOS DE CASTRO

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI. PREVIDENCIÁRIO. SÚMULA 260 DO TFR. PENSÃO POR MORTE. BENEFÍCIO ORIGINÁRIO. BENEFÍCIO DERIVADO. TERMOS ISOLADOS. RECURSO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

A Turma Nacional de Uniformização decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER o Pedido de Uniformização, de acordo com a Questão de Ordem nº 13, da Turma Nacional de Uniformização.

Brasília, 18 de setembro de 2019.

Documento eletrônico assinado por **FÁBIO SOUZA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **900000077689v3** e do código CRC **76309294**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): FÁBIO SOUZA

Data e Hora: 24/9/2019, às 7:35:55

5002821-80.2014.4.04.7103

900000077689.V3



Poder Judiciário
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
Turma Nacional de Uniformização

SCES - trecho, 3, Setor de Clubes Esportivos Sul - Polo 8 - Lote 9 - Bairro: Asa Sul - CEP:
70200-003 - Fone: (61) 3022-7000 - www.cjf.jus.br - Email: turma.uniformi@cjf.jus.br

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI
(TURMA) Nº 5002821-80.2014.4.04.7103/RS

RELATOR: JUIZ FEDERAL FABIO DE SOUZA SILVA

REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

REQUERIDO: NELI SANTOS DE CASTRO

RELATÓRIO

1. Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (56) interposto pelo INSS contra acórdão da 3ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul que manteve a sentença que condenou o INSS a revisar a aposentadoria por invalidez da requerida, mediante observância do disposto na súmula nº 260 do extinto TFR.

2. Em suas razões recursais, afirma o recorrente que o acórdão criou uma exceção à regra da decadência, pois “*o reajustamento do benefício originário, mediante a aplicação do enunciado constante na Súmula 260 do TFR, irá implicar no recálculo da RMI do benefício derivado, tendo em vista que a condenação abrange o recálculo da RMI como previsto no Art. 58 do ADCT.*” Afirma, assim, que a decisão da Turma Recursal vai de encontro à jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e da Turma Nacional de Uniformização (TNU).

3. Os autos foram-me distribuídos por decisão do MM. Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização

VOTO

4. Inicialmente, vale destacar o seguinte trecho do acórdão impugnado (53):

“Trata-se de recurso inominado interposto pelo INSS contra sentença que julgou procedente o pedido de revisão da aposentadoria por invalidez por ela titulada, mediante observância do disposto na súmula nº 260 do extinto TFR.

Defende o INSS, preliminarmente, decadência do direito de revisão do benefício da parte autora. No mérito, postula a improcedência da ação. Subsidiariamente, busca a aplicação do art. 1º-F da Lei nº 9.949/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/2009, a partir de 30.06.2009, ao argumento de que a nova lei tem aplicação imediata aos processos em curso.

1. Considerações gerais sobre decadência

O art. 103, caput, da Lei nº 8.213/91, prevê prazo decadencial de 10 (dez) anos para a revisão do ato de concessão de benefício previdenciário, estando atualmente, com a redação dada pela Medida Provisória nº 138/2003 (depois convertida na Lei nº 10.839/2004), vazado nos seguintes termos:

(...)

'O suporte de incidência do prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/1991 é o direito de revisão dos benefícios, e não o direito ao benefício previdenciário. *O direito ao benefício está incorporado ao patrimônio jurídico, e não é possível que lei posterior imponha sua modificação ou extinção. Já o direito de revisão do benefício consiste na possibilidade de o segurado alterar a concessão inicial em proveito próprio, o que resulta em direito exercitável de natureza contínua sujeito à alteração de regime jurídico' (STJ, 1ª Seção, REsp nº 1.309.529, DJe 04.06.2013).*

Além disso, 'estabeleceu o Ministro Luís Roberto Barroso em seu voto, as seguintes premissas:

a) não há prazo decadencial para a formulação do requerimento inicial de concessão de benefício previdenciário, que corresponde ao exercício de um direito fundamental relacionado à mínima segurança social do indivíduo;

b) a instituição de um prazo decadencial de dez anos para a revisão dos benefícios já concedidos é compatível com a Constituição Federal', cuidando-se 'de uma conciliação razoável entre os interesses individuais envolvidos e os princípios da segurança jurídica e da solidariedade social, dos quais decorre a necessidade de se preservar o equilíbrio atuarial do sistema em benefício do conjunto de segurados atuais e futuros' (TRF da 4ª Região, 3ª Seção, EINF nº 5000396-55.2011.404.7113, Rel. Juíza Federal Carla Evelise Justino Hendges, D.E. 10.02.2014).

Nesse sentido, 'a decadência atinge apenas a pretensão de rever benefício previdenciário, ou seja, alcança a discussão da graduação econômica quando este já foi concedido, pois o direito fundamental ao benefício pode ser exercido a qualquer tempo. Em outras palavras, uma vez concedido o benefício, a partir do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação, dá-se início ao prazo decadencial, que alcança toda e qualquer pretensão, tenha sido discutida ou não no processo administrativo' (grifos no original) (TRF da 4ª Região, 5ª Turma, AC nº 2008.70.08.001607-9, Rel. Des. Federal Rogério Favreto, D.E. 10.02.2014).

Assim sendo, 'o pedido de revisão de aposentadoria por tempo de contribuição mediante inclusão de tempo de serviço não reconhecido na via administrativa também está sujeito ao prazo previsto no art. 103 da Lei 8.213/91' (TRU da 4ª Região, IUJEF nº 5001699-

97.2012.404.7201/SC, Rel. Juiz Federal Leonardo Castanho Mendes, D.E. 24.04.2014), pois o deferimento de tempo de serviço não apreciado na via administrativa, por ocasião da concessão da aposentadoria, importará, em última análise, revisão da renda mensal inicial do benefício.

Nesse sentido, aliás, a 1ª Turma do STF, interpretando o decidido pelo Pleno do julgamento do RE nº 626.489/SE, negou provimento a recurso em que a parte autora afirmava 'que o prazo decadencial não impede o reconhecimento do novo tempo de serviço ou de contribuição **ainda não analisado na via administrativa**' (grifei) (STF, 1ª Turma, ARE nº 845.209 AgR/PR, Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 09.12.2014).

Com efeito, estando o entendimento uniformizado pela TRU da 4ª Região em conformidade com este precedente do STF, excepcionalmente esta 3ª Turma Recursal deixa de acompanhar o entendimento consagrado na parte final da Súmula nº 81 da TNU, a seguir destacado:

'Súmula nº 81. Não incide o prazo decadencial previsto no art. 103, caput, da Lei n. 8.213/91, nos casos de indeferimento e cessação de benefícios, bem como em relação às questões não apreciadas pela Administração no ato da concessão'.

(...)

Outrossim, nos casos em que, embora tenha sido concedido o benefício, foi interposto recurso administrativo contra o ato concessório no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão administrativa (art. 305 do Dec. nº 3.048/99), incidirá decadência contada a partir do dia em que o segurado ou dependente tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo do requerimento de revisão.

Nesse sentido:

'Em relação à segunda parte do art. 103 da Lei nº 8.213/1991 ('ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo'), entendo que a norma deve ser interpretada de acordo com o seu antecedente frasal (a contar), de modo que a única conclusão possível é a de que a expressão 'decisão indeferitória' está relacionada ao julgamento de recurso administrativo interposto pelo segurado contra o ato de concessão que tenha atendido sua pretensão de forma parcial.

Segundo o art. 126 da Lei nº. 8.213/1991, ao segurado é facultada a interposição de recurso administrativo contra todas as decisões proferidas pela Autarquia Previdenciária, conforme dispuser o regulamento. O art. 305 do Decreto nº. 3.048/1999, por sua vez, previu que o prazo para interposição de recurso é de trinta dias a contar da ciência da decisão.

Nessa linha de pensamento, portanto, a decisão indeferitória diz respeito ao **julgamento dos recursos administrativos**, quando interpostos pelo segurando visando à discussão do ato concessório, observados, por óbvio, os prazos e formalidades exigidos.

Nada impede que o segurado, parcialmente insatisfeito com a concessão do benefício, **interponha recurso contra a decisão administrativa**, pretendendo a rediscussão dos critérios de cálculo da renda mensal inicial ou o reconhecimento de período de labor desconsiderado pelo INSS, por exemplo. Nestes casos, contudo, o prazo extintivo tem início no dia em que o segurado tomar ciência da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

Em outras palavras, a interposição de recurso pelo segurado impede a perfectibilização do ato de concessão, postergando a definitividade da decisão administrativa para momento posterior ao julgamento, de modo que, enquanto não decidida a questão recursal, não há que se falar em início do prazo decadencial.

De maneira didática, pode-se dizer que a contagem do prazo decadencial de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício tem início:

a) nos casos de benefício concedido **sem** que tenha havido interposição de recurso administrativo - a contar 'do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação'.

b) nos casos de benefício concedido e que tenha sido **interposto recurso administrativo** contra o ato concessório - a contar 'do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo'.

Por outro lado, se a segunda parte do dispositivo legal fosse interpretada como indeferimento do benefício, o próprio direito ao benefício restaria extinto após o decurso do prazo decenal, conclusão que **não se mostra possível diante do julgamento do Supremo Tribunal Federal**, conforme anteriormente fundamentado.

Ainda, se a interpretação fosse no sentido de que o indeferimento diz respeito à negativa de pedido genérico de revisão do benefício (enquanto não decorridos dez anos), estaria sendo admitida a possibilidade de **sucessivas prorrogações do prazo decadencial**, transformando a revisão, na verdade, em hipótese implícita de interrupção da decadência, que, salvo disposição legal em contrário, não se suspende ou interrompe, segundo dispõe o art. 207 do Código Civil.

Neste ponto, esta última conclusão também iria **de encontro ao posicionamento da Suprema Corte**, que se baseou 'no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário', pois estaria permitindo o prolongamento infinito da discussão sobre o valor do benefício.

Assim, diante da fundamentação, o termo 'decisão indeferitória' está relacionado ao julgamento de recurso administrativo interposto pelo segurado contra o ato de concessão que tenha atendido sua pretensão de forma parcial. Portanto, caso o segurado interponha recurso contra o ato de concessão do benefício, o prazo decadencial tem início somente no **dia em que tomar ciência da decisão indeferitória administrativa definitiva**' (TRF da 4ª Região, 5ª Turma, AC nº 2008.70.08.001607-9, Rel. Des. Federal Rogério Favreto, D.E. 10.02.2014, excerto do voto-condutor).

Por outro lado, nos casos em que, embora tenha sido concedido o benefício, foi requerida administrativamente a revisão do benefício SEM a interposição de recurso administrativo contra o ato concessório, então o prazo decadencial contar-se-á a partir do primeiro dia do mês seguinte à data do primeiro pagamento.

Mas, antes de passar-se à essa análise, afigura-se necessário incursionar-se pelo exame do princípio da 'actio nata'.

Para a discussão da revisão de benefício concedido administrativamente com determinadas características incide o prazo decadencial previsto no caput do art. 103 da Lei nº 8.213/91.

Nesse contexto, excepcionalmente o direito a tal revisão do ato de concessão nasce concomitantemente com o direito de ação, e, por isso, tanto em relação à decadência (para discutir o próprio direito violado) quanto em relação à prescrição [para discutir o pagamento dos valores decorrentes desse direito de revisão do ato de concessão, com diferenças desde a renda mensal inicial (RMI)], em princípio a partir da violação do direito (no momento da concessão do benefício) deveria iniciar tanto o prazo decadencial quanto o prazo prescricional, pelo princípio da actio nata, havendo praticamente uma colidência do prazo decadencial com o prescricional.

Isto porque nessa situação ambos têm como termo a quo praticamente a data da violação do direito, quando surgiu para o titular o direito de discutir o próprio direito (passando a fluir o prazo decadencial) e o direito de discutir o pagamento dos valores decorrentes desse direito a partir da data de início do benefício (DIB) (passando a fluir o prazo prescricional), mas com uma pequena diferença: o prazo decadencial a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação (caput do citado art. 103) e o prazo prescricional a partir da data em que a prestação deveria ter sido paga (parágrafo único do citado art. 103).

Assim sendo, forçoso é reconhecer que **excepcionalmente no Direito Previdenciário e especificamente quanto à revisão do ato de concessão de benefício previdenciário o princípio da actio nata se aplica não apenas à prescrição (sua sede natural), como, também, à decadência**, eis que antes da violação do direito o titular não tem como discutir o próprio direito violado.

Nessa esteira, descortinam-se, pelo menos, 3 (três) aplicações do princípio da actio nata à matéria de decadência no Direito Previdenciário.

Primeiro, em se cuidando de benefícios diversos titularizados por pessoas diferentes, como no caso de pensão por morte derivada de aposentadoria anterior; pelo princípio da 'actio nata' os prazos

decadenciais não de ser computados somente a contar da data da concessão do benefício derivado, pois antes da concessão do benefício derivado (a pensão) o dependente previdenciário ainda não era titular do benefício e, por isso, ainda não tinha legitimidade para agir, seja para questionar o seu próprio benefício (a pensão), seja para questionar o benefício originário (a aposentadoria) para dele extrair efeitos reflexos. Nesse sentido: vg TRF da 4ª Região, 5ª Turma, ED na AC nº 0014411-55.2012.404.9999/RS, Rel. Des. Fed. Ricardo Teixeira do Valle Pereira, D.E. 18.03.2014; e TRU da 4ª Região, IUJEF nº 5025153-26.2014.404.7108, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, D.E. 25.06.2015.

Outra, entretanto, é a solução **em se cuidando de benefícios diversos titularizados pela mesma pessoa**, como no caso da aposentadoria por invalidez derivada de auxílio-doença, contexto no qual o princípio da 'actio nata' não tem aplicabilidade, pois o titular da aposentadoria podia e tinha legitimidade para agir questionando o seu próprio benefício originário (o auxílio-doença) desde a época em que o benefício originário lhe foi concedido), como uniformizado pela TNU (PEDILEF nº 5015559-44.2012.404.7112 Rel. Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, DJe 20.03.2015) e pela TRU da 4ª Região (IUJEF nº 5025153-26.2014.404.7108, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, D.E. 25.06.2015).

Segundo, **nos casos em que, embora tenha sido concedido o benefício, foi requerida administrativamente a revisão do benefício sem a interposição de recurso administrativo contra o ato concessório**, então o prazo decadencial contar-se-á a partir do primeiro dia do mês seguinte à data do recebimento da primeira prestação, eis que, pelo princípio da 'actio nata' forçoso é reconhecer que o titular do direito não ficou inerte durante o trâmite do processo administrativo de revisão, bem como que antes do primeiro dia do mês seguinte à data do recebimento da primeira prestação estava absolutamente impossibilitado de apresentar na via administrativa qualquer requerimento de revisão.

E, terceiro, **nos casos em que, embora tenha sido concedido o benefício, foi ajuizada Reclamatória Trabalhista no intuito de ver reconhecido algum direito a produzir reflexos no ato de concessão desse benefício**, então o prazo decadencial contar-se-á a partir da data do trânsito em julgado da sentença trabalhista ou da preclusão da decisão trabalhista que quantificar o valor do(s) direito(s) reconhecido(s).

(...)

Finalmente, há de se salientar que incide decadência em relação à tese do direito adquirido ao melhor benefício, mas não incide decadência em relação à tese da desaposentação.

De acordo com a tese do direito adquirido ao melhor benefício, o melhor benefício é aquele de maior renda mensal inicial com data de início entre a data em que foram preenchidos todos os requisitos legais e a data em que foi concedido o benefício, pretendendo-se a retroação da data de início do benefício para se alcançar o pagamento de valores retroativos, sendo que conforme decidido expressamente pelo Pleno do STF, com repercussão geral, no julgamento do RE nº 630.501 (Rel. Min. Ellen Gracie, DJe

23.08.2013), deve ser respeitada a decadência do direito à revisão e a prescrição quanto às prestações vencidas especificamente em relação a essa tese.

Outrossim, em conformidade com a tese da desaposentação, pretende-se renunciar a um benefício anterior para se poder computar tempo de serviço, ou de contribuição ou de carência posteriores ou, ainda, para se poder considerar invalidez superveniente para fins de obtenção de um benefício novo para se alcançar o pagamento de valores futuros, não incidindo decadência especificamente em relação a essa tese, conforme decidido pelo STJ no julgamento do REsp 1.348.301/SC sob o rito dos recursos repetitivos, in verbis:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PROCESSO CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. RENÚNCIA À APOSENTADORIA. DECADÊNCIA PREVISTA NO ART. 103 DA LEI 8.213/91. INAPLICABILIDADE. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. RECURSO IMPROVIDO.

1. Inexiste negativa de prestação jurisdicional quando o Tribunal de origem examina a questão supostamente omitida 'de forma criteriosa e percuciente, não havendo falar em provimento jurisdicional faltoso, senão em provimento jurisdicional que desampara a pretensão da embargante' (REsp 1.124.595/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJe de 20/11/09).

2. A desaposentação indica o exercício do direito de renúncia ao benefício em manutenção a fim de desconstituir o ato original e, por conseguinte, obter uma nova aposentadoria, incrementada com as contribuições vertidas pelo segurado após o primeiro jubileamento.

3. A norma extraída do caput do art. 103 da Lei 8.213/91 não se aplica às causas que buscam o reconhecimento do direito de renúncia à aposentadoria, mas estabelece prazo decadencial para o segurado ou seu beneficiário postular a revisão do ato de concessão de benefício, o qual, se modificado, importará em pagamento retroativo, diferente do que se dá na desaposentação.

4. A interpretação a ser dada ao instituto da decadência previsto no art. 103, caput, da Lei 8.213/91 deve ser restritiva, haja vista que as hipóteses de decadência decorrem de lei ou de ato convencional, inexistentes na espécie.

5. A jurisprudência desta Corte acolheu a possibilidade de renúncia com base no entendimento de que os benefícios previdenciários são direitos patrimoniais disponíveis e, por isso, suscetíveis de desistência por seus titulares (REsp 1.334.488/SC, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Primeira Seção, julgado proferido sob o rito do art. 543 -C do CPC, DJe 14/5/13).

6. Sendo certo que o segurado pode dispor de seu benefício, e, ao fazê-lo encerra a aposentadoria que percebia, não há falar em afronta aos arts. 18, § 2º, e 103, caput, da Lei 8.213/91. E,

devido à desconstituição da aposentadoria renunciada, tampouco se vislumbra qualquer violação ao comando da alínea 'b' do inciso II do art.

130 do Decreto 3.048/99, que impede a expedição de certidão de tempo de contribuição quando este já tiver sido utilizado para efeito de concessão de benefício, em qualquer regime de previdência social.

7. Recurso especial improvido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e Resolução STJ nº 8/2008' (STJ, 1ª Seção, REsp nº 1.348.301/SC, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJe 24/03/2014)

Feitas essas breves considerações em relação a temática tão rica e repleta de especificidades como é a decadência em matéria previdenciária, esta 3ª Turma Recursal entende, em síntese que:

I) não se sujeitam a prazo decadencial:

1) os benefícios não requeridos e, por isso, não concedidos, inclusive em relação à tese da desaposestação, incidindo apenas prescrição quinquenal sobre as prestações vencidas;

2) os benefícios que, embora tenham sido requeridos, foram indeferidos e, por isso, não foram concedidos, incidindo apenas prescrição quinquenal sobre as prestações vencidas;

3) os benefícios que, embora tenham sido concedidos, foram cancelados/cessados, pretendendo-se o seu restabelecimento;

4) as pretensões que não envolvam a revisão do ato de concessão de benefícios, por não implicarem alteração da renda mensal inicial (RMI), como, por exemplo, aquelas que envolvam os tetos das Emendas Constitucionais nº 20/98 e 41/2003;

II) se sujeita a prazo decadencial sempre de 10 (dez) anos, inclusive quanto aos benefícios concedidos entre 22.10.98 e 19.11.2003, sob a vigência da Medida Provisória nº 1.663-15/98 e da Lei nº 9.711/98 (na qual foi convertida):

1) a revisão do ato de concessão de benefícios deferidos antes da vigência da Medida Provisória nº 1.523-9/97 (depois convertida na Lei nº 9.528/97), tendo o prazo decadencial início no dia 01.08.1997, eis que a primeira prestação superveniente à instituição da decadência foi paga em 07/1997;

2) a revisão do ato de concessão de benefícios deferidos após a vigência da Medida Provisória nº 1.523-9/97 (depois convertida na Lei nº 9.528/97), tendo o prazo decadencial início:

a) no dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação de benefícios concedidos, inclusive nos casos em que, embora tenha sido concedido o benefício, foi requerida administrativamente a revisão do benefício apenas posteriormente, sem que tenha sido interposto recurso administrativo contra o ato concessório no prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 305 do Dec. nº 3.048/99;

b) ou do dia em que o segurado ou dependente tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo em relação a benefícios parcialmente concedidos quando foi interposto recurso administrativo contra o ato concessório no prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 305 do Dec. nº 3.048/99;

3) a tese do direito adquirido ao melhor benefício, situação em que, em atenção à redação expressa do caput do art. 103 da Lei nº 8.213/91, o termo inicial da decadência também corresponde ao primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação, e não à data da retroação pretendida, ou, quando for o caso, do dia em que o segurado ou dependente tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo;

III - concedido o benefício, o prazo decadencial alcança toda e qualquer pretensão, tenha sido discutida ou não no processo administrativo, se sujeitando a decadência inclusive o pedido de revisão de aposentadoria por tempo de serviço mediante inclusão de tempo de serviço não analisado na via administrativa;

IV - nos casos de revisão de ato de concessão de benefício derivado com base em revisão do ato de concessão de benefício originário:

a) em se cuidando de benefícios diversos titularizados pela mesma pessoa, como no caso da aposentadoria por invalidez derivada de auxílio-doença, o princípio da 'actio nata' não tem aplicabilidade, pois o titular da aposentadoria podia e tinha legitimidade para agir questionando o seu próprio benefício originário (o auxílio-doença) desde a época em que o benefício originário lhe foi concedido);

b) em se cuidando de benefícios diversos titularizados por pessoas diferentes, como no caso da pensão por morte derivada de aposentadoria anterior, pelo princípio da 'actio nata' os prazos decadenciais hão de ser computados somente a contar da data da concessão do benefício derivado, pois antes da concessão do benefício derivado (a pensão) o dependente previdenciário ainda não era titular do benefício e, por isso, ainda não tinha legitimidade para agir para questionar o benefício originário (a aposentadoria) para dele extrair efeitos reflexos;

V - há, ainda, pelo menos outras 2 (duas) aplicações excepcionais do princípio da 'actio nata' à matéria de decadência no Direito Previdenciário:

1) nos casos em que, embora tenha sido concedido o benefício, foi requerida administrativamente a revisão do benefício apenas posteriormente, sem que tenha sido interposto recurso administrativo contra o ato concessório no prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 305 do Dec. nº 3.048/99, como já referido no item 2.a, o prazo decadencial tem início no dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação;

2) nos casos em que, embora tenha sido concedido o benefício, foi ajuizada Reclamatória Trabalhista no intuito de ver reconhecido algum direito a produzir reflexos no ato de concessão desse benefício, hipótese em que o prazo decadencial contar-se-á a partir do trânsito em julgado da sentença trabalhista ou da preclusão da decisão trabalhista que quantificar o valor do(s) direito(s) reconhecido(s);

3) sendo que, tanto em relação ao processo administrativo de revisão do ato de concessão (inclusive aquele em que houve recurso administrativo) quanto em relação à Reclamatória Trabalhista:

a) entre o dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação de benefícios concedidos (inclusive nos casos em que, embora tenha sido concedido o benefício, foi requerida administrativamente a revisão do benefício sem a interposição de recurso administrativo contra o ato concessório no prazo de 30 dias da concessão) e o dia anterior à data do pedido administrativo de revisão (DPR) ou, conforme o caso, entre o dia em que o segurado ou dependente tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo em relação a benefícios parcialmente concedidos e o dia anterior ao ajuizamento da Reclamatória Trabalhista flui o prazo decadencial;

b) entre a data do pedido administrativo de revisão (DPR) e o dia anterior à data da ciência da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo (ou seja, durante a tramitação do processo administrativo de revisão) e, conforme o caso, entre a data do ajuizamento da Reclamatória Trabalhista e o dia anterior à data do trânsito em julgado ou preclusão na esfera trabalhista (ou seja, durante a tramitação da Reclamatória Trabalhista) fica suspenso o prazo decadencial;

c) a partir da data da ciência da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo ou, conforme o caso, a contar da data do trânsito em julgado ou preclusão na esfera trabalhista o prazo decadencial recomeça a fluir pelo saldo remanescente de prazo;

d) tanto nos casos de pedido administrativo de revisão quanto nos casos de Reclamatória Trabalhista deve ser observado o princípio da causalidade específica, ou seja, a decadência somente restará suspensa quanto à matéria/motivo em relação à qual não houve inércia, e não em relação a toda e qualquer matéria/motivo, de sorte que no exame da decadência deve ser verificado se em relação à matéria do pedido judicial especificamente deduzido houve prévia discussão específica na via administrativa ou no âmbito trabalhista, sendo que se quanto ao pedido judicial nada houve, então não se pode cogitar de suspensão do prazo decadencial e se mais de um pedido administrativo de revisão ou mais de uma reclamação trabalhista tiver sido ajuizada somente se poderá cogitar de suspensão em relação à prévia discussão com causalidade específica (e não em relação a todos os processos administrativos de revisão e nem em relação a todas as reclamações trabalhistas), e sendo que se excepcionalissimamente houver mais de um pedido administrativo de revisão ou mais de uma reclamação trabalhista sobre a mesma matéria/motivo, suspensão somente haverá em relação ao primeiro processo em que tal discussão se estabeleceu, sem se cogitar da possibilidade de novas suspensões;

VI - determinadas revisões do ato de concessão dos benefícios comportam peculiaridades, não se sujeitando a prazo decadencial quando o próprio INSS já reconheceu inequivocamente o direito à pretendida revisão ou a própria lei o fez, exceto se já decorridos mais de 10 (dez) anos entre o primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação do benefício que se pretende revisar e a data do ato no qual foi reconhecido inequivocamente o direito à pretendida previsão, sendo que, por exemplo:

a) em se cuidando da **revisão do art. 144 da Lei nº 8.213/91**, não há decadência em relação a nenhuma data de início de benefício (DIB), eis que o superveniente reconhecimento do direito pelo art. 144 da Lei nº 8.213/91 somente abrangeu os benefícios concedidos entre 05.10.88 e 05.04.91, aos quais foi aplicada retroativamente legislação posterior mais benéfica, ou seja, apenas os concedidos há menos de 10 (dez) anos da data do reconhecimento do direito quando da publicação da Lei nº 8.213/91 em 24.07.91, aplicação retroativa que ocorreu de forma parcial, apenas com efeitos financeiros a partir de junho de 1992;

b) em se cuidando da **revisão do IRSM pela Medida Provisória nº 201/2004 (posteriormente convertida na Lei nº 10.999/2004)**, na qual se reconheceu expressamente o direito a essa revisão, há decadência apenas em relação aos benefícios cujo primeiro dia do mês seguinte à data do recebimento da primeira prestação ocorreu após a data de publicação da Medida Provisória nº 201/2004, em 26.07.2004;

c) em se cuidando da **revisão do art. 29, inciso II, da Lei nº 8.213/91**, com a redação dada pela Lei nº 9.876/99, há decadência apenas em relação aos benefícios cujo primeiro dia do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ocorreu após 15.04.2000, já decorridos mais de 10 (dez) anos da data de publicação do Memorando Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFE/INSS, em 15.04.2010, por intermédio do qual o INSS reconheceu expressamente o direito apenas quanto aos benefícios não atingidos pela decadência (cf. item 4.1 do memorando) e mesmo porque 'a questão é que não se tratou (...) de renúncia à decadência legal (conduta vedada pela lei), mas, simplesmente, de reconhecimento expresse pela Administração do direito à revisão dos benefícios previdenciários, desde que ainda não atingidos pela decadência', consoante uniformizado pela TNU no PEDILEF nº 5015559-44.2012.404.7112, Rel. Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, DJe 20.03.2015).

Exame do caso concreto

Já entendi que ocorreria a decadência em relação à aposentadoria por invalidez quanto aos pedidos de aplicação do disposto na súmula nº 260 do extinto TFR.

Entretanto, me convenci pela inocorrência de decadência, na medida em que o art. 103 da Lei nº 8.213/91, como já dito, estabelece a decadência apenas para a revisão do ato de concessão dos benefícios, e, **no caso, o que se pretende é a alteração de índices de reajustamento de benefício originário** que apenas reflexamente importam na revisão do ato de concessão de benefício derivado.

Logo, o caso em tela corresponde ao item I.4 retro.

Além disso, a TRU da 4ª Região já pacificou o entendimento de que não se pode cogitar de decadência quanto ao objeto desta ação (IUJEF nº 0002193-31.2007.404.7166/RS, Rel. Juíza Federal Susana Sbrogio Gália, DOU 26.05.2011; e IUJEF nº 5000968-04.2012.404.7104/RS, Rel. Juiz Federal João Batista Lazzari, DOU 07.12.2012).

Por conseguinte, **não há que se falar em decadência, razão pela qual o recurso do INSS, no ponto, deve ser improvido.**

2. Súmula nº 260 do extinto TFR

*De acordo com a primeira parte da **Súmula nº 260 do extinto TFR**, 'no primeiro reajuste do benefício previdenciário' deveria ser aplicado 'o índice integral do aumento verificado, independentemente do mês de concessão'.*

Por força do disposto no art. 58 do ADCT, atualmente a Súmula nº 260 do extinto TFR, em regra, não produz mais efeitos em relação aos benefícios em manutenção, já que todos os benefícios concedidos antes da Constituição Federal de 1988 foram revistos, a partir de abril de 1989, para o restabelecimento do poder aquisitivo, expresso em número de salários mínimos, que tinham na data de sua concessão.

Ocorre que, excepcionalmente, como no presente caso, a aplicação do enunciado da Súmula nº 260 do extinto TFR pode produzir efeitos até os dias atuais, se aplicada no primeiro reajuste de auxílio-doença anterior à Constituição Federal de 1988 e se esse benefício foi transformado em aposentadoria por invalidez ou pensão por morte igualmente antes da Constituição Federal de 1988.

Isto porque a aplicação de primeiro reajuste integral a auxílio-doença anterior à Constituição Federal de 1988 altera a renda mensal desse benefício e, conseqüentemente, altera a renda mensal inicial dos benefícios dele derivados por transformação, como a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte. E quando esses benefícios derivados por transformação do referido auxílio-doença também são anteriores à Constituição Federal de 1988, então a equivalência em salários mínimos do art. 58 do ADCT deve ser revista conforme a nova renda.

Assim sendo, procede-se no benefício originário (o auxílio-doença) à alteração da primeira renda reajustada do benefício, em virtude de alteração do primeiro reajuste, não havendo alteração da renda mensal inicial deste benefício.

Só ocorrerá a alteração da renda mensal inicial do benefício em que o auxílio-doença se transformar (aposentadoria por invalidez ou pensão por morte), por reflexo da alteração do reajustamento do benefício originário (o auxílio-doença).

*Destarte, **o recurso do INSS deve ser improvido, no ponto.** “ (...)*

5. Em decisão (63) de admissibilidade do recurso, foi determinado o sobrestamento para aguardar decisão do STF:

“Incidente de Uniformização Nacional

AGDEC-549

Discute-se nos autos a incidência da decadência do art. 103, da Lei 8.213/91, nas demandas que postulam a revisão do cálculo da renda mensal do benefício previdenciário mediante a aplicação da Súmula 260 do TFR e suas decorrências.

No caso, encontra-se pendente de julgamento na TNU pedido de uniformização que versa sobre matéria idêntica, no processo 50060483720124047107.”

6. Após o julgamento, os autos foram devolvidos à Turma Recursal para a adequação do julgado nos seguintes termos (65):

“No caso, encontrava-se pendente de julgamento na TNU pedido de uniformização que versa sobre matéria idêntica, no processo 0043631-42.2008.4.01.3300, e que foi julgado em 24/11/2016, conforme a ementa que segue:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE RENDA MENSAL DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA POSTERIORMENTE CONVERTIDO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ENUNCIADO N. 260, DA SÚMULA DO EXTINTO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS. DECADÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO. (0043631-42.2008.4.01.3300, TNU, REL. JUÍZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA, julg. 24/11/2016, enviado à publicação em 14/12/2016)

Do inteiro teor do julgamento, extrai-se o seguinte:

11. Na hipótese em que o segurado peça a revisão da renda mensal de auxílio-doença, posteriormente convertido em aposentadoria por invalidez, em conformidade com os critérios definidos pelo enunciado n. 260, da súmula do extinto Tribunal Federal de Recursos, há discussão sobre a legalidade do ato de concessão do segundo benefício a atrair a incidência do prazo decadencial previsto pelo art. 103, da Lei n. 8.213/91. (...)”

7. A Turma Recursal manteve a decisão anteriormente proferida (69), sob o seguinte argumento:

“Retornaram os autos a esta Relatoria para, nos limites da decisão da Presidência da Turma Recursal, adequação no que se refere ao prazo decadencial para reajuste dos benefícios mediante observância do disposto na súmula 260 do TFR, de acordo com o decidido recentemente pela TNU:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE RENDA MENSAL DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA POSTERIORMENTE CONVERTIDO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ENUNCIADO N. 260, DA SÚMULA DO EXTINTO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS. DECADÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

(...)

11. Na hipótese em que o segurado peça a revisão da renda mensal de auxílio-doença, posteriormente convertido em aposentadoria por invalidez, em conformidade com os critérios definidos pelo enunciado n. 260, da súmula do extinto Tribunal Federal de Recursos, há discussão sobre a legalidade do ato

de concessão do segundo benefício a atrair a incidência do prazo decadencial previsto pelo art. 103, da Lei n. 8.213/91. (...)

(TNU, 0043631-42.2008.4.01.3300, REL. JUÍZ FEDERAL FABIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA, julg. 24/11/2016)

Da análise da movimentação processual do Incidente de Uniformização citado, verifico que a referida decisão não transitou em julgado.

*Logo, tendo em vista que a decisão da TNU citada ainda está pendente de eventual recurso das partes, **o acórdão desta 3ª Turma Recursal que entendeu que não há decadência para o caso dos autos deve ser mantida.***

*Ante o exposto, voto por **MANTER A DECISÃO.***

8. Nos termos da Questão de Ordem nº 2, da TRU da 4ª Região, o recurso foi ratificado (66) pela parte, sendo requerido o envio para o processamento e julgamento da TNU (74). Todavia, por decisão do Presidente da Turma Nacional de Uniformização, foi determinada à devolução à origem, para aguardar julgamento de recurso, já que o INSS ratificou o Recurso Extraordinário (79).

9. A decisão da presidência das Turmas Recursais (81) foi nos seguintes termos:

Os autos foram devolvidos pela TNU com determinação expressa de aplicação do Tema 135 dos Representativos de Controvérsia:

Questão submetida a julgamento	Saber se é devida a aplicação do prazo decadencial decenal, instituído pela MP n. 1.523/1997, aos benefícios concedidos antes de sua vigência.				
Tese firmada	É devida a incidência da decadência decenal, prevista na MP n. 1.523/1997, aos benefícios concedidos anteriormente à sua vigência.				
Processo	Relator (a)	Julgado em	Acórdão publicado em	Trânsito em julgado	
PEDILEF 5018558-45.2013.4.04.7108/RS	Juiz Federal Douglas Camarinha Gonzales	20/07/2016	22/07/2016	Recurso interposto (RE ratificado)	

Pois bem, verifica-se que não foi lançado o trânsito porque o INSS ratificou o recurso extraordinário interposto no paradigma, o que levou a TNU à devolver os autos à origem para remessa ao STF.

Consultando o paradigma, verifico que os autos foram remetidos ao STF no Evento 96, que determinou a aplicação do Tema 313 da Repercussão Geral. A Turma Recursal de origem, em juízo de retratação, reconheceu a decadência (Evento 110) e o trânsito em julgado ocorreu em 12/07/2017 (Evento 116).

Passo, portanto, a aplicar a decisão paradigma.

O Supremo Tribunal Federal julgou a matéria objeto de discussão nos autos através do rito de julgamento de recursos repetitivos e /ou repercussão geral:

Aplicação do prazo decadencial previsto na Medida Provisória nº 1.523/97 a benefícios concedidos antes da sua edição. - Tema STF 313

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. 1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do tempo. Como consequência, inexistente prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexistente direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência. 5. Recurso extraordinário conhecido e provido. (RE 626489, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 16/10/2013, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-184 DIVULG 22-09-2014 PUBLIC 23-09-2014)

Ante o exposto, devolvam-se os autos ao relator para readequação, nos termos do artigo 1.030, II, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015, alterada pela Lei nº 13.256/2016).

Intimem-se.

10. Contudo, a Turma Recursal entendeu que deveria manter a decisão anterior (85):

“Retornaram os autos a esta Relatoria para, nos limites da decisão da Presidência das Turmas Recursais do Rio Grande do Sul, adequação no que se refere ao prazo decadencial de revisão do benefício da parte autora, consoante entendimento fixado pela TNU em sede de representativo de controvérsia (Tema 135), conforme decidido no processo n. 5018558-45.2013.4.04.7108, nos seguintes termos:

'É devida a incidência da decadência decenal, prevista na MP n. 1.523/1997, aos benefícios concedidos anteriormente à sua vigência'.

No entanto, o caso em comento apresenta peculiaridade a ser considerada.

*Ocorre que, como já dito no acórdão anterior (evento 61), **em se cuidando de benefícios diversos titularizados por pessoas diferentes**, como no caso da pensão por morte derivada de aposentadoria anterior, pelo princípio da actio nata os prazos decadenciais hão de ser computados somente a contar da data da concessão do benefício derivado, pois antes da concessão do benefício derivado (a pensão) o dependente previdenciário ainda não era titular do benefício e, por isso, ainda não tinha legitimidade para agir para questionar o benefício originário (a aposentadoria) para dele extrair efeitos reflexos.*

E, no caso, conforme carta de concessão da pensão por morte, expedida em 21.12.2003, anexada à petição inicial, a pensão por morte titularizada pela parte autora iniciou em 20.11.2003. Logo, na

data do ajuizamento da ação, em 13.11.2008, não havia decorrido, ainda, o prazo decadencial de 10 (dez) anos para revisão da RMI da pensão por morte.

Por conseguinte, a decisão anterior deve ser mantida, ainda que por fundamento diverso.

*Ante o exposto, voto por **MANTER A DECISÃO.**”*

11. No caso concreto, o benefício originário, auxílio doença com DIB em 28/02/1975 (10) foi concedido antes do advento da Constituição da República de 1988, ao passo que o benefício derivado de Pensão por Morte, foi concedido em 20/11/2003 (9), não tendo ocorrido o prazo decadencial em relação ao benefício derivado, tendo em vista que a ação foi ajuizada em 13/11/2008 (CERTIDÃO 1).

12. Há julgado da TNU que adotou posição no sentido de que a contagem do prazo decadencial deve ocorrer a partir da concessão do benefício derivado, entendendo como sendo prazos autônomos.

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO AUTÔNOMO E DERIVADO. DECADÊNCIA. TERMO INICIAL. PRAZOS AUTÔNOMOS. DIREITO PERSONALÍSSIMO. PRINCÍPIO DA ACTIO NATA. DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. ORIENTAÇÃO PREDOMINANTE NO STJ. INCIDENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Trata-se, em suma, de pedido de uniformização interposto pelo INSS onde sustenta que o acórdão recorrido divergiu da orientação jurisprudencial dominante no âmbito do STJ no que toca ao termo inicial da contagem do prazo decadencial para revisão de benefícios previdenciários, notadamente, quando se tratar de revisão de benefício que originou outro, como no caso em apreço em que a parte recorrida recebe pensão por morte cuja origem é um benefício de aposentadoria. Não foram apresentadas contra-razões. 2. Conheço do presente incidente de uniformização uma vez que o recorrente trouxe à colação precedentes do C. STJ contrários à tese esposada no acórdão recorrido, demonstrando, assim, o cotejo analítico dos casos divergentes. 3. No que toca à questão de fundo, tenho para mim que o acórdão recorrido ao acolher como termo inicial do prazo decadencial o dia em que a parte recorrida se tornou beneficiária da pensão por morte – benefício derivado, ressaltando que esta pensão é decorrente de uma aposentadoria percebida pelo de cujus instituidor da pensão – benefício originário, onde a pretensão é de revisão do benefício originário, não se afastou da jurisprudência majoritária firmada no âmbito do C. STJ. No acórdão recorrido constou: “(...)Logo, o prazo de revisão do benefício originário para que os reflexos sejam implementados na pensão por morte deve ser contado a partir da concessão deste último. No caso dos autos, o benefício de pensão por morte foi concedido em 2003 e a presente ação ajuizada em 04/10/2011, não se consumando, portanto, o prazo decadencial decenal. Nestes termos, impõe-se o afastamento da decadência.(...)” Com efeito, a jurisprudência predominante no âmbito do C. STJ pugna por solução idêntica à pontuada no acórdão recorrido, a saber: PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. REVISÃO DA RENDA MENSAL INICIAL DO BENEFÍCIO ORIGINÁRIO COM REPERCUSSÃO NO BENEFÍCIO DERIVADO. DECADÊNCIA. ART. 103 CAPUT DA LEI N.

8.213/1991. MATÉRIA SUBMETIDA AO RITO DO RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. RECURSOS ESPECIAIS 1.309.529/PR E 1.326.114/SC. TERMO INICIAL. DATA DA CONCESSÃO DA PENSÃO POR MORTE. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. A jurisprudência que vem se firmando no STJ em torno da pretensão à revisão do ato de concessão da pensão por morte é no sentido de que o termo inicial do prazo decadencial previsto no artigo 103 caput da Lei 8.213/1991, corresponde à data de concessão desse benefício previdenciário derivado. Observância do princípio da actio nata. (REsp 1.529.562/CE, Segunda Turma, Relator Ministro Herman Benjamin, DJe 11/9/2015) 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1462100/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/10/2015, DJe 09/11/2015) PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. REVISÃO DE PRESTAÇÕES. DECADÊNCIA. ART. 103, CAPUT, DA LEI 8.213/1991. NÃO INCIDÊNCIA. 1. No caso, a autora ajuizou ação de revisão de pensão por morte, objetivando o recálculo da renda mensal inicial do benefício originário de aposentadoria de seu falecido marido. 2. Tal situação denota que a pretensão veiculada na presente ação consiste na revisão do ato de concessão do benefício de pensão por morte. 3. Não merece acolhida a irresignação quanto à alegada violação ao artigo 103, caput, da Lei 8.213/1991. O início do prazo decadencial se deu após o deferimento da pensão por morte, em decorrência do princípio da actio nata, tendo em vista que apenas com o óbito do segurado adveio a legitimidade da parte recorrida para o pedido de revisão, já que, por óbvio, esta não era titular do benefício originário, direito personalíssimo. 4. Ressalte-se que a revisão da aposentadoria gera efeitos financeiros somente pela repercussão da alteração de sua RMI (renda mensal inicial) na pensão por morte subsequente. 5. Recurso Especial não provido. (REsp 1529562/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 11/09/2015) PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. REVISÃO DE PRESTAÇÕES. DECADÊNCIA. ART. 103, CAPUT, DA LEI 8.213/1991. NÃO INCIDÊNCIA. 1. No caso, a autora ajuizou ação de revisão de pensão por morte, objetivando o recálculo da renda mensal inicial do benefício originário de aposentadoria de seu falecido marido. 2. Tal situação denota que a pretensão veiculada na presente ação consiste na revisão do ato de concessão do benefício de pensão por morte. 3. Não merece acolhida a irresignação quanto à alegada violação ao artigo 103, caput, da Lei 8.213/1991. O início do prazo decadencial se deu após o deferimento da pensão por morte, em decorrência do princípio da actio nata, tendo em vista que apenas com o óbito do segurado adveio a legitimidade da parte recorrida para o pedido de revisão, já que, por óbvio, esta não era titular do benefício originário, direito personalíssimo. 4. Ressalte-se que a revisão da aposentadoria gera efeitos financeiros somente pela repercussão da alteração de sua RMI (renda mensal inicial) na pensão por morte subsequente. 5. Recurso Especial não provido. (REsp 1529562/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 11/09/2015) PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. REVISÃO DE PRESTAÇÕES. DECADÊNCIA. ART. 103, CAPUT, DA LEI 8.213/1991. NÃO INCIDÊNCIA. 1. No caso, a autora ajuizou ação de revisão de pensão por morte, objetivando o recálculo da renda mensal inicial do benefício originário de aposentadoria de seu falecido marido. 2. Tal situação denota que a pretensão veiculada na presente ação consiste na revisão do ato de concessão do benefício de pensão por morte. 3. Não merece acolhida a irresignação quanto à

alegada violação ao artigo 103, caput, da Lei 8.213/1991. O início do prazo decadencial se deu após o deferimento da pensão por morte, em decorrência do princípio da actio nata, tendo em vista que apenas com o óbito do segurado adveio a legitimidade da parte recorrida para o pedido de revisão, já que, por óbvio, esta não era titular do benefício originário, direito personalíssimo. 4. Ressalte-se que a revisão da aposentadoria gera efeitos financeiros somente pela repercussão da alteração de sua RMI (renda mensal inicial) na pensão por morte subsequente. 5. Recurso Especial não provido. (REsp 1529562/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 11/09/2015) No âmbito desta C. TNU a orientação jurisprudencial é no mesmo sentido, senão vejamos: "Certo que os sucessores de segurado já falecido podem requerer, judicialmente, o reconhecimento de parcelas que seriam devidas àquele por força de incorreto cálculo de seu benefício. Mas não é este o tema discutido nestes autos, já que a autora não postulou diferenças sobre a aposentadoria de seu falecido marido, mas tão-somente diferenças sobre a pensão por morte que percebe. Dessa forma, considero que existe prazo decadencial autônomo, diferenciado, relativo ao direito de revisão da pensão por morte percebida pela autora, computado a partir da data de sua concessão. (...) Ante o exposto, voto por reafirmar o entendimento de que existe prazo decadencial autônomo, diferenciado, relativo ao direito de revisão da pensão por morte, computado a partir da data de sua concessão" (TNU, PEDILEF 2008.50.51.001325-4, Rel. Juiz ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA, D.D. 27/06/2012) PEDIDO NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DA PENSÃO COM BASE NO ART. 29, II, DA LEI N.º 8.213/91. INOCORRÊNCIA DE DECADÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM 38 DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO. 1. Trata-se de pedido nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora em face de acórdão exarado pela Primeira Turma Recursal dos JEFs da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, cujo teor é o seguinte: Mantenho a sentença por seus próprios fundamentos e condeno o recorrente no pagamento de honorários advocatícios arbitrados em dez por cento sobre o valor atualizado da causa (estabelecido o valor de R\$ 678,00 na hipótese do resultado da conta de honorários não superar este limite). Exigibilidade suspensa em face do deferimento da gratuidade. Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO E CONFIRMAR A SENTENÇA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Postula a parte autora, no presente feito, a conversão do seu benefício de auxílio-doença, gozado de 07/01/1994 a 31/01/1997, em aposentadoria por invalidez, com o pagamento das diferenças daí advindas. Sustenta a requerente, em síntese, que: (a) o seu benefício merece ser revisado com base no art. 29, II, da Lei n.º 8.213/91; e (b) não houve a decadência do direito de revisar o seu benefício. 2. O Min. Presidente desta TNU admitiu o pleito nacional de uniformização. 3. A instituição de um prazo decadencial é uma inovação levada a efeito na nona reedição da Medida Provisória n.º 1.523, de 27 de junho de 1997, posteriormente convertida na Lei n.º 9.528/97. 4. No julgamento do RE n.º 626.489, nossa Suprema Corte, em sede de repercussão geral, considerou constitucional a fixação de um prazo decadencial para o ato de revisão da concessão de benefício previdenciário, decidindo, entretanto, que inexistia tal prazo decadencial para a sua concessão: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS). REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. 1. O direito à previdência social constitui direito fundamental e, uma vez implementados os pressupostos de sua aquisição, não deve ser afetado pelo decurso do

tempo. Como consequência, inexistente prazo decadencial para a concessão inicial do benefício previdenciário. 2. É legítima, todavia, a instituição de prazo decadencial de dez anos para a revisão de benefício já concedido, com fundamento no princípio da segurança jurídica, no interesse em evitar a eternização dos litígios e na busca de equilíbrio financeiro e atuarial para o sistema previdenciário. 3. O prazo decadencial de dez anos, instituído pela Medida Provisória 1.523, de 28.06.1997, tem como termo inicial o dia 1º de agosto de 1997, por força de disposição nela expressamente prevista. Tal regra incide, inclusive, sobre benefícios concedidos anteriormente, sem que isso importe em retroatividade vedada pela Constituição. 4. Inexistente direito adquirido a regime jurídico não sujeito a decadência. 5. Recurso extraordinário conhecido e provido. (RE 626489 / SE, Tribunal Pleno, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe-184, DIVULG 22/09/2014, PUBLIC 23/09/2014) (grifei) 5. Portanto, afirmou o STF que não há inconstitucionalidade na criação de um prazo decadencial para a revisão dos benefícios já concedidos e que a decadência não integra o espectro de pressupostos e de condições para a concessão do benefício, sendo um elemento externo à prestação previdenciária (alcançando, dessa forma, somente a pretensão de rever o benefício). Segundo o entendimento fixado neste voto, o início do prazo decadencial para os benefícios concedidos antes da MP n.º 1.523/97 é o dia 01 de agosto de 1997. Como nem todos os aspectos foram examinados nesta decisão, é importante atentar para algumas distinções que devem ser feitas, com base em orientações do STJ e da TNU sobre a aplicação do prazo decadência. 6. Especificamente sobre o tema em exame, os termos do mais recente posicionamento da C. TNU, somente benefícios concedidos a partir de 29/11/1999 poderiam ter a sua renda mensal inicial revista nos termos do aludido artigo, e desde que observado o prazo decadencial: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA / APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. AUXÍLIO-DOENÇA. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN / PFE / INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. RESSALVA EXPRESSA DOS BENEFÍCIOS ATINGIDOS PELA DECADÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE RENÚNCIA À DECADÊNCIA LEGAL. DECADÊNCIA NÃO CONSUMADA NO CASO CONCRETO. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO. (...) 21. Na hipótese dos autos, a parte-autora requer a revisão prevista no art. 29, II, da Lei nº 8.213/91 (incluído pela Lei nº 9.876/99): apuração do salário-de-benefício adotando-se a "média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo". 22. Esta revisão, portanto, destina-se ao recálculo da Renda Mensal Inicial (RMI) do auxílio-doença, o que, em se tratando de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença, conduz à conclusão de que se pede a revisão da RMI do auxílio-doença, posto que, ainda que peça nominalmente a revisão da aposentadoria por invalidez, o que se pretende, na verdade, é a revisão do auxílio-doença inicial. 23. Isto porque, na hipótese, a aposentadoria por invalidez é resultado da mera transformação de auxílio-doença, observada o percentual de 100% do salário-de-benefício (em oposição ao percentual de 91% do salário-de-benefício para o auxílio-doença). 24. Tal entendimento é perfeitamente perceptível quando se examina os termos em que formulados a causa de pedir e o pedido pela parte-autora (ora requerente), conforme trechos que ora reproduzo (sem grifos no original): "A presente consiste na pretensão do recálculo do valor

Auxílio doença da parte autora, buscando remediar ilegalidade cometida pela autarquia quando da concessão de seu benefício. (...) Como se verá adiante, o benefício de auxílio doença foi equivocadamente calculado pelo INSS gerando uma redução nos valores pagos à parte Autora, tendo ainda gerado por consequência redução nos valores pagos em sua aposentadoria por invalidez e/ou pensão por morte. (...) Outra ilegalidade que se observa é que ao efetuar o cálculo do Salário-de-Benefício do(s) auxílio(s) doença, e, por consequência, da RMI da parte autora no respectivo benefício, o INSS limitou-se a calcular a média aritmética simples dos salários de contribuição. (...) DO PEDIDO 4. Procedência da ação, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a: a) revisar o benefício previdenciário do autor revisando o PBC do auxílio-doença nº 114.845.928-3 do mesmo, devendo este ser recalculado conforme preceitua o artigo 29, inciso II, da Lei 8.213/91, bem como para recalcular o valor da RMI do referido benefício, quando da concessão do benefício e da RMA; b) revisar a aposentadoria por invalidez nº 536.321.335-0 do autor, com base no novo cálculo do benefício de auxílio doença, bem como recalcular o valor da RMI do referido benefício, quando da concessão do mesmo e da RMA." 25. Portanto, o alegado equívoco na constituição da relação jurídica previdenciária, que constitui o objeto da presente ação, ocorreu na concessão do auxílio-doença (ainda que seus efeitos prolonguem-se para o benefício derivado), de modo que a decadência(conforme nominada no art. 103 da Lei 8.213/91), em princípio, ter-se-ia consumado, ante o decurso de mais de dez anos entre a concessão do benefício e a data do ajuizamento da ação. 26. Todavia, há, quanto à matéria em questão, fato relevante a se considerar, qual seja, o reconhecimento administrativo do direito à revisão, pelo INSS, através do Memorando-Circular Conjunto n. 21 / DIRBEN / PFEINSS, de 15 de abril de 2010, que, em seu item 4.2, fixou serem "passíveis de revisão os benefícios por incapacidade e pensões derivadas deste, assim como as não precedidas, com DIB a partir de 29.11.1999, em que, no Período Básico de Cálculo - PBC, foram considerados 100% (cem por cento) dos salários-de-contribuição, cabendo revisá-los para que sejam considerados somente os 80% (oitenta por cento) maiores salários-de-contribuição". 27. Resta claro, pois, o reconhecimento, pela Administração Previdenciária, do direito à revisão dos benefícios que levaram em conta para o cálculo de seus valores 100% do salário-de-contribuição no respectivo PBC (ao invés dos 80% maiores), ato administrativo este que beneficia indiscutivelmente o recorrente, mesmo tendo ingressado com a presente ação mais de dez anos após a concessão do auxílio-doença. Isso porque, conforme veremos, quando do reconhecimento do direito à revisão na esfera administrativa ainda não havia transcorrido o prazo decadencial. 28. Observe-se que o item 4.1 preceitua que "deve-se observar, inicialmente, se o benefício já não está atingido pela decadência, hipótese em que, com esse fundamento, não deve ser revisado", sendo evidente, portanto, que o ato administrativo de reconhecimento do direito não foi absoluto, excluindo os casos em que já se tinha operado a decadência. E não poderia ser diferente, na medida em que o art. 209 do Código Civil preceitua ser "nula a renúncia à decadência fixada em lei", estando a Administração Pública vinculada a tal preceito, ante o princípio da legalidade (art. 37 da CF/88). 29. A questão é que não se tratou, conforme evidenciado acima, de renúncia à decadência legal (conduta vedada pela lei), mas, simplesmente, de reconhecimento expresso pela Administração do direito à revisão dos benefícios previdenciários, desde que ainda não atingidos pela decadência. 30. No caso dos autos, o benefício de auxílio-doença foi concedido em favor da parte autora em 6 de maio de 2000, encontrando-se acobertado pelo

reconhecimento do direito à revisão, na medida em que o Memorando-Circular Conjunto n. 21 / DIRBEN / PFEINSS é de 15 de abril de 2010. 31. Em conclusão, é o caso de se conhecer do incidente, porém, para dar-lhe parcial provimento, firmando-se a tese de que, quando se pretende a revisão do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, conta-se o prazo do art. 103 da Lei n.º 8.213/91, a partir da concessão do benefício originário, qual seja, o auxílio-doença, declarando-se, no caso concreto, o afastamento da decadência pelo reconhecimento administrativo do direito, devendo os autos retornar à Turma Recursal de origem para novo julgamento, observada a premissa supra. (PEDILEF 50155594420124047112, deral SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 20/03/2015) 7. Em suma, para fins de revisão com base no art. 29, II, da Lei n.º 8.213/91, esta se mostra possível para benefícios concedidos a partir de 29/11/1999, desde que a data de seu início (DIB) não seja anterior a 15/04/2000. 8. Este colegiado assentou que o critério para a identificação do termo inicial do prazo de decadência deve vincular-se ao momento em que houve a lesão ao direito pleiteado, ainda que tal lesão prolongue seus efeitos sobre o benefício superveniente. Assim, conforme o caso concreto, dependendo do momento em que perpetrada a lesão na esfera jurídica do segurado, o dies a quo poderá ser a DIB do benefício originário ou a do derivado, de forma autônoma, ou, necessariamente, a do originário, com reflexos na do derivado (PEDILEF n.º 50155594420124047112, cuja ementa encontra-se transcrita supra). 9. Só que, especificamente no caso de revisão com base no art. 29, II, da Lei n.º 8.213/91, expressou esta TNU que, caso a aposentadoria por invalidez tenha decorrido de auxílio-doença, a DIB deste deve ser levada em consideração para aferição da ocorrência de decadência do direito de revisar o benefício superveniente. Na hipótese em apreciação, o auxílio-doença tem por DIB 19/01/2000, sendo concedida ao beneficiário instituidor, posteriormente, aposentadoria por invalidez em 26/09/2003. Ocorre que, no caso em tela, o benefício que a parte autora recebe é uma pensão por morte. 10. Nestes casos, tem prevalecido o entendimento de que o prazo decadencial para revisar o benefício de pensão por morte só inicia com a concessão da pensão, ainda que a revisão tenha por objetivo alterar a renda mensal inicial do benefício originário (teoricamente já afetado pela decadência) para alcançar efeitos reflexos no benefício atual. Esse é o entendimento da TNU e do STJ: “Certo que os sucessores de segurado já falecido podem requerer, judicialmente, o reconhecimento de parcelas que seriam devidas àquele por força de incorreto cálculo de seu benefício. Mas não é este o tema discutido nestes autos, já que a autora não postulou diferenças sobre a aposentadoria de seu falecido marido, mas tão-somente diferenças sobre a pensão por morte que percebe. Dessa forma, considero que existe prazo decadencial autônomo, diferenciado, relativo ao direito de revisão da pensão por morte percebida pela autora, computado a partir da data de sua concessão. (...) Ante o exposto, voto por reafirmar o entendimento de que existe prazo decadencial autônomo, diferenciado, relativo ao direito de revisão da pensão por morte, computado a partir da data de sua concessão” (TNU, PEDILEF 2008.50.51.001325-4, Rel. Juiz ADEL AMÉRICO DIAS DE OLIVEIRA, D.D. 27/06/2012). PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. REVISÃO DE PRESTAÇÕES. DECADÊNCIA. ART. 103, CAPUT, DA LEI 8.213/1991. NÃO INCIDÊNCIA. 1. No caso, a autora ajuizou ação de revisão de pensão por morte, objetivando o recálculo da renda mensal inicial do benefício originário de aposentadoria de seu

falecido marido. 2. Tal situação denota que a pretensão veiculada na presente ação consiste na revisão do ato de concessão do benefício de pensão por morte. 3. Não merece acolhida a irresignação quanto à alegada violação ao artigo 103, caput, da Lei 8.213/1991. **O início do prazo decadencial se deu após o deferimento da pensão por morte, em decorrência do princípio da actio nata, tendo em vista que apenas com o óbito do segurado adveio a legitimidade da parte recorrida para o pedido de revisão, já que, por óbvio, esta não era titular do benefício originário, direito personalíssimo.** 4. Ressalte-se que a revisão da aposentadoria gera efeitos financeiros somente pela repercussão da alteração de sua RMI (renda mensal inicial) na pensão por morte subsequente. 5. Recurso Especial não provido. (REsp 1529562 / CE, Segunda Turma, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 11/09/2015) (grifei) PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. CONFIGURAÇÃO. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.523-9/97 E DA LEI N. 9.528/97. TERMO A QUO DO PRAZO DECADENCIAL. MATÉRIA SUBMETIDA AO RITO DO ART. 543-C DO CPC. RECURSOS ESPECIAIS 1.309.529/PR E 1.326.114/SC. 1. Questionado o cálculo da pensão, ainda que se tenha de adentrar no cálculo do benefício de origem, o prazo de decadência deve ser contado a partir da data em que reconhecido o direito ao pensionamento. 2. No caso concreto, o benefício previdenciário, objeto de revisão, foi concedido posteriormente à vigência da Medida Provisória n. 1.523-9/1997, em 23/7/2006, e a ação foi ajuizada em 26/01/2011. Dessarte, constata-se que não transcorreram os dez anos para configurar a decadência do direito da recorrida revisar seu benefício. 3. Precedentes: REsp 1.272.165, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJ 11/09/2014; REsp 1499057, Rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 24.2.2015; REsp 1.517.018/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 13/04/2015. Embargos de declaração acolhidos com efeitos modificativos para negar provimento ao recurso especial. (EDcl no AgRg no REsp 1509085 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 25/06/2015) (grifei) 11. Como a pensão foi concedida em 19/03/2006, não há falar em decadência do direito da parte autora à revisão de seu benefício com base no art. 29, II, da Lei n.º 8.213/91. Considerando que não há controvérsia sobre fatos, tratando-se de matéria exclusivamente de direito, é possível aplicar desde logo a Questão de Ordem 38, primeira parte desta TNU: “Em decorrência de julgamento em pedido de uniformização, poderá a Turma Nacional aplicar o direito ao caso concreto decidindo o litígio de modo definitivo, desde que a matéria seja de direito apenas, (...)” . Assim, o pedido da parte autora deve ser julgado procedente, devendo o INSS revisar a pensão por morte da parte autora, promovendo o pagamento das diferenças devidas desde a data de concessão da pensão por morte, valores que serão corrigidos pela aplicação do Manual de Cálculos da Justiça Federal. Sem custas e sem honorários, pois não há recorrente vencido. 12. Em face do exposto, entendo que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora deve ser conhecido e provido, determinando-se a devolução do presente feito diretamente para o Juizado Especial de origem. (PEDILEF 50155683020124047201, JUIZ FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA, TNU, DOU 18/12/2015 PÁGINAS 142/187.) Por outro lado, ressalto aqui que o recorrente INSS em momento algum delimitou o aspecto temporal da controvérsia, vale dizer, não mencionou se a parte recorrida postula prestações pretéritas do benefício originário ou somente as atrasadas que reflexamente afetarem o valor da pensão por morte atualmente percebida. De modo que, cingindo-me à lide nos aspectos em que posta pelo acórdão recorrido, tenho para mim que é de se negar

provimento ao pedido de incidente de uniformização deduzido. 4. Ante o exposto, CONHEÇO do presente Pedido de Uniformização uma vez presentes os pressupostos legais de recorribilidade, mas NEGO-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação supra. (PEDILEF 50004192120134047116, Relator JUIZ FEDERAL RONALDO JOSÉ DA SILVA, Fonte/Data da Publicação DOU 18/03/2016).

13. Portanto, considerando-se que o entendimento da Turma Recursal de origem se alinha à jurisprudência desta TNU, por se tratarem de benefícios diversos titularizados por pessoas diferentes, inexorável é a incidência da Questão de Ordem nº 13 que assim dispõe:

Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.

14. Ante o exposto, voto por NÃO CONHECER o Pedido de Uniformização, de acordo com a Questão de Ordem nº 13, da Turma Nacional de Uniformização.

Documento eletrônico assinado por **FÁBIO SOUZA, Juiz Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador **900000077688v6** e do código CRC **2e9a5ba8**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): FÁBIO SOUZA
Data e Hora: 24/9/2019, às 7:35:55

5002821-80.2014.4.04.7103

900000077688.V6